

Estudo das ações e representações dos movimentos sociais latino-americanos no ensino fundamental:

experimentações no PIBID-História-UFRGS

Por Edson Antoni¹, Leonardo Eggres² e Roberta Melo³

Resumo

A disciplina de Estudos Latino-americanos foi implementada a partir do primeiro trimestre de 2015 no Colégio de Aplicação da UFRGS. As temáticas inseridas na sua composição foram escolhidas em virtude da necessidade de trabalharmos com temas que não são abordados habitualmente em sala de aula, ou que usualmente são abordados sob uma ótica eurocêntrica, que não condiz com a pluralidade da realidade latino-americana. Nesse sentido, escolhemos apresentar experimentações advindas do período correspondente ao segundo trimestre letivo, realizadas junto às turmas de nono ano, cuja temática diz respeito ao estudo dos movimentos sociais na América Latina. Construímos textos e trouxemos outros de autores e autoras latino-americanos que trabalharam com os temas abordados, reforçando as lutas, conquistas e produções culturais das camadas subalternizadas da América Latina.

Palavras-chave: Ensino de História; América Latina; Pibid; Movimentos Sociais.

Abstract

The discipline of Latin American Studies has been implemented from the first trimester of 2015. The thematic inserted in its composition were chosen because of the need to work with subjects that are not usually addressed in the classroom, or that are usually covered under a Eurocentric perspective, which does not reflect the diversity of the Latin American reality. In this sense, we chose to present experimentations resulting from the period corresponding to the second academic trimester, held with the ninth year classes, whose thematic relates to the study of social movements in Latin America. We build texts and brought others wrote by Lat-in American authors who have worked with these themes, reinforcing the struggles, achieve-ments and cultural productions of subordinated stratum of Latin America.

Keywords: History teaching; Latin America; Pibid; Social movements.

¹UFRGS - professor.antoni@gmail.com

²UFRGS -eggresleo@gmail.com

³UFRGS -roberta.melo@ufrgs.br

Introdução

No ano de 2015 foi implementada a disciplina de Estudos Latino-americanos no Colégio de Aplicação da UFRGS. Este artigo tem como objetivo refletir sobre as atividades desenvolvidas no decorrer do segundo trimestre dessa disciplina nas turmas de nono ano. Para isso, elencamos alguns elementos discutidos em sala de aula circundantes aos movimentos sociais latino-americanos e as suas relações com temas cruciais à compreensão da realidade do nosso continente. Nesse sentido, promovemos reflexões e debates sobre temas geradores e ainda tão atuais como racismo, machismo, eurocentrismo e a luta pela memória, verdade e justiça na América Latina. Buscando, portanto, priorizar e valorizar a voz dos sujeitos dos movimentos sociais, respeitando o lugar e papel do enunciador do discurso.

Escolhemos abordar especificadamente os movimentos negro, indígena e aqueles pautados numa lógica de combate aos Terrorismos de Estado das Ditaduras de Segurança Nacional, bem como a atuação das mulheres ao longo dos anos nesses e em outros movimentos sociais. Ao longo de um trimestre, portanto, refletimos junto a educadores e educandos sobre músicas, poemas, outras formas de cultura e de história produzidos por aqueles e aquelas que foram deixados à margem pelo discurso hegemônico.

A disciplina de Estudos Latino-americanos

As pesquisas sobre a educação e o ensino constituem um conjunto considerável de trabalhos. As análises acerca de novas metodologias de ensino, os estudos com base em novos referenciais teóricos, e todo um amplo conjunto de outras abordagens propagam-se pelas universidades

É possível perceber, contudo, que alguns temas não receberam, até o momento, a mesma atenção. Correspondendo a um campo de pesquisa ainda pouco explorado, certas temáticas relacionadas à história, e mais especificamente, ao ensino de história latino-americana, não constituíram-se como objetos de pesquisa com uma expressiva produção de reflexões.

Será, pois, com o objetivo de preencher a referida lacuna, no que se refere tanto às reflexões teóricas, bem

como, ao trabalho – em sala de aula – de temas vinculados ao contexto latino-americano que, apartir do primeiro semestre de 2015, o Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul apresenta, em sua grade curricular, a disciplina de Estudos Latino-americanos. Em consonância com a função estabelecida para as referidas escolas, o Colégio de Aplicação da UFRGS reafirma o seu papel no processo de ensino da Educação Básica, somado ao desenvolvimento de pesquisas nas diferentes áreas de conhecimento, bem como, no que se refere ao espaço para a formação complementar e continuada de professores.

Assim, alicerçada em um novo referencial teórico, em uma diversificada gama de abordagens metodológicas, bem como, associada a uma postura eminentemente interdisciplinar, a disciplina de Estudos Latino-americanos vem buscando apresentar, na Educação Básica, novas formas de análise acerca das temáticas relacionadas à América Latina. Cabe destacar ainda que, mediante a atuação de alunos da graduação em História, por intermédio do PIBID, muitas das reflexões que estão sendo estabelecidas na disciplina, extrapolam os limites do ensino na Educação Básica, repercutindo de forma direta ou indireta no processo de formação destes alunos no Ensino Superior, bem como, no seu próprio processo de constituição enquanto futuros professores.

O ensino de História Latino-americana: de uma perspectiva tradicional a um pensamento descolonial

Os conteúdos referentes à América Latina não podem ser considerados uma novidade no que se refere aos programas de ensino no Brasil. Desde o período imperial é possível reconhecer a presença destes conteúdos nos referidos programas. Contudo, quando buscamos analisar e qualificar a presença destes conteúdos, ressalta o seu caráter eminentemente conservador. Com relação a estas primeiras referências da história latino-americana no programa de conteúdos, Tamar Kalil-Alves e Wellington Oliveira destacam:

Observa-se a inexistência de conexões entre os pontos propostos no programa apesar da introdução de dois pontos nos conteúdos a respeito da História da América. O que se evidencia é uma abordagem geográfica, fí-

sica, descritiva, e uma história política institucional, da independência, revoluções e administrações. Essas concepções de ensino de História da América para as escolas brasileiras no século XIX, evidenciadas pelos documentos, revelam a postura face ao continente americano, ou seja, a preocupação era de se manter a ligação com a Europa em todos os setores, até porque o nosso sistema político, Monarquia constitucional, era ímpar no continente americano. (KALIL-ALVES, Thamar; OLIVEIRA, Wellington de. O ensino de história da América Latina no Brasil: sobre currículos e programas. In: *Magis. Revista Internacional de Investigación en Educación*. vol 3, nº 6. Bogotá-Colombia, 2011, p. 287-288)

Analisando a legislação pertinente ao tema, que se seguiu no transcurso das primeiras décadas do século XX (Lei Francisco Campos de 1931 e a Lei Gustavo Capanema de 1942), é possível perceber a manutenção dos conteúdos de história latino-americana nos programas de ensino da disciplina de história. Deve ser destacado, contudo, que neste período, os conteúdos de história latino-americana ainda eram pouco desenvolvidos, bem como, mantinham-se orientados por uma visão eurocêntrica da mesma.

O contexto político brasileiro, a partir da implantação da ditadura militar, provocou uma nova alteração nos programas curriculares, mediante a Lei 5692-71. A referida lei acabou por instituir a disciplina de Estudos Sociais no Primeiro Grau e reduziu a carga horária da disciplina de História no Segundo Grau. A referida alteração, entre outros aspectos, promoveu também a exclusão dos conteúdos relacionados ao contexto histórico latino-americano dos currículos escolares.

Ainda que uma nova reforma nos programas de ensino tenha sido promovida após a redemocratização, mediante a apresentação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, é possível perceber que alguns aspectos relacionados à história latino-americana não sofreram grandes alterações. Compreendemos que, dentre estes aspectos, aquele que se manteve sem sofrer significativas alterações corresponde ao caráter eurocêntrico dos textos relacionados ao tema. Conforme afirma Maria Lígia Prado, com relação à orientação dada aos conteúdos e abordagens relacionados à história latino-americana, um “outro problema de abordagem da história da América Latina precisa ser destacado: uma certa visão que transportava para o cenário latino-americano modelos de interpretação histórica já estabelecidos e próprios da história europeia” (PRADO, 2005;23)

Reconhecidas as diretrizes que orientaram (e ainda orientam) a História Latino-americana, um passo fundamental a ser dado seria o de romper com estas e propor, a partir de um novo referencial teórico, uma nova forma de abordagem e apresentação dos conteúdos. Cabe destacar

que este colocou-se como um momento extremamente rico no qual todos aqueles envolvidos no processo de elaboração da nova disciplina foram levados a ocupar um duplo papel, qual seja: o de professores (que elaboravam os seus planos de aulas) e também o de pesquisadores (que à luz dos novos referenciais que estavam sendo pesquisados refletiam sobre as suas práticas em aula).

No que se refere aos novos referenciais teóricos, assumem especial destaque os pressupostos apresentados pelo chamado “pensamento descolonial”. O grupo de pensadores vinculados ao pensamento descolonial apresenta uma série de críticas à produção de conhecimento, ocorrido nas diferentes áreas, de forma eurocentrada. Materializando a referida postura crítica Anibal Quijano afirma que:

Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete. (...) Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida.

Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida. (QUIJANO, p. 129-130)

À esta crítica apresentada por autores vinculados ao referido grupo, se segue uma importante proposição, qual seja, a necessidade de elaborar um novo discurso, a partir de um referencial propriamente latino-americano. Busca-se, portanto, dar voz àqueles que, durante séculos, foram silenciados e marginalizados.

Será pois, com esta perspectiva que a disciplina de Estudos Latino-americanos vem trabalhando com as diferentes temáticas relacionadas à América Latina. Desde o processo de formação do território latino-americano (tanto físico como a formação a partir das representações simbólicas) até o contexto da América Latina no século XXI, estão sendo analisados e elaborados a partir destes novos referenciais, tendo como base, uma perspectiva eminentemente latino-americana.

Os movimentos sociais latino-americanos a partir do pensamento descolonial

A definição do conceito de Movimentos Sociais pode ser caracterizada pelo fato deste estar envolta por inúmeros debates, polêmicas e contradições, representando um conjunto de diferentes correntes de pensamento e um grande dissenso sobre o termo. Tal diversidade sobre a definição do referido conceito contribuiu, de forma significativa, no processo de planejamento e condução dos debates, no transcurso do segundo trimestre, da disciplina de Estudos Latino-americanos.

Ainda que tenhamos trazido para os educandos e educandas algumas contribuições teóricas sobre o conceito, produzidas por autores como Norberto Bobbio, Maria da Glória Gohn e Alain Touraine, buscamos estabelecer, em sala de aula, um espaço para a análise das indefinições e variações presentes no conceito de movimentos sociais. Priorizamos, desta forma, a elaboração do conceito junto com os estudantes, não valendo-nos de uma definição pré-estabelecida, uma vez que acreditamos que uma construção dialógica do conceito aproxima os educandos e educandas de forma ainda mais qualificada da temática. Esta metodologia de trabalho permite ao aluno reconhecer, além da complexidade da temática, a complexidade do próprio processo de construção do conhecimento. Assim ao propor a construção da definição de um conceito para os movimentos sociais, a partir de algumas reflexões teóricas e dos debates, foi possível elaborar com os educandos e educandas uma noção sobre movimentos sociais que abarcasse desde movimentos étnicos e feministas, até aqueles caracterizados por organizar-se num contexto de luta contra o Terrorismo de Estado.

O conceito, portanto, estava em aberto e constantemente sendo estruturado. Assim, elencamos algumas características gerais dos movimentos sociais para reflexão, sobretudo tendo como base as considerações propostas por A. Touraine. O referido autor elenca, em sua teoria, três aspectos que são considerados estruturantes em uma definição acerca de movimentos sociais: os princípios da *identidade*, da *oposição* e da *totalidade*. Respectivamente, esses princípios dizem respeito ao que une os agentes enquanto movimento social, contra ou pelo que lutam e qual o seus projetos de poder. Esses princípios foram fundamentais para que os educandos e educandas comessem a perceber a diferenciação entre o que são os movimentos sociais e o que são os fenômenos coletivos de agregado.

Cabe destacar que, inseridos no atual contexto nacional, no qual percebemos o surgimento de aglomerações “populares” reivindicando, inclusive, intervenção militar constitucional, essa diferenciação é crucial.

Neste aspecto acreditamos que uma das importantes contribuições feitas pela disciplina de Estudos latino-americanos está no fato de permitir o rompimento com uma narrativa bastante conservadora presente na educação brasileira, onde o ensino das histórias, geografias e elementos dos movimentos sociais não são amplamente abordados. Embora se constituam como atores com grande importância na sociedade civil organizada, é possível perceber que a temática relacionada aos movimentos sociais ainda sofre, em grande medida, com uma espécie de marginalização ou mesmo um silenciamento nos currículos e nas práticas de sala de aula.

As práticas desenvolvidas na disciplina visam construir um ensino que rompa com essa lógica de invisibilização dos grupos subalternos e de suas histórias, espaços e culturas. Compreendemos, desta forma, que “la historia de los grupos sociales subalternos es necesariamente disgregada y episódica” (Gramsci C25§2) e que uma prática docente preocupada com as trajetórias e vivências desses grupos se faz necessária; em contraposição a uma forma de ensino tradicional, conservadora e eurocentrada que apresenta apenas episódios envolvendo esses grupos, levando as resistências e lutas desses povos à exotização.

Partindo desses pressupostos teóricos e práticos abordamos, no decorrer do segundo trimestre da disciplina, o conceito de movimentos sociais utilizando como exemplos os movimentos indígenas, o movimento negro, o movimento feminista e aqueles movimentos que estiveram circunscritos em um período histórico de luta contra as Ditaduras de Segurança Nacional e as suas políticas de Terror de Estado.

Movimentos sociais e a luta contra as Ditaduras

Em um contexto de Guerra Fria e com uma grande influência dos Estados Unidos, são implementadas, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, as Ditaduras de Segurança Nacional na América Latina. Tais governos apresentaram como característica, dentre outras, um forte combate aos setores da sociedade ideologicamente contrários a esse regime. Como consequência, por toda a América Latina –

sobretudo no Cone Sul – surgiram inúmeros movimentos sociais que questionaram as Ditaduras.

Esses movimentos sociais tiveram que lidar com uma série de questões e experiências até então inéditas, sendo necessárias novas táticas e práticas para continuar atuando na conjuntura dos Terrorismos de Estados na América Latina. Isso ocorreu na medida em que os Estados terroristas, orientados pela Doutrina de Segurança Nacional, “recorreram a métodos não convencionais para eliminar a oposição política e o protesto social, armado ou não” (Padrós, 2005: 15)

O Terrorismo de Estado praticado pelos governos militares foi caracterizado pela busca, identificação e consequente combate à figura do “inimigo interno”. A ideia de “inimigo interno” está associada a uma justificativa e “legitimação” de uma política de perseguição e repressão aos adversários políticos e àqueles que ideologicamente se colocaram contrários ao regime. Os movimentos sociais foram afetados por essa política, sendo grande parte levados à clandestinidade. Por pensar diferente, por crer e lutar por uma alternativa àquele tipo de Estado, muitos indivíduos foram presos, torturados e mortos pelas Ditaduras latino-americanas. A lógica do terrorismo de estado foi caracterizada pela criminalização e invisibilização dos movimentos sociais, imprimindo o fechamento das vias institucionais de disputa política e a imediata imposição da clandestinidade aos contrários ao regime. Nesse sentido, os movimentos sociais protagonizaram diversas formas de luta, entre elas a guerrilha armada.

Abordar a temática dos movimentos de luta armada em sala de aula apresentou-se como uma experiência complexa, assim como complexo é todo o debate acerca do conceito de movimentos sociais. Acreditamos que podem ser identificados dois elementos que atuam de forma bastante significativa para tornar a abordagem deste tema algo delicado: a) a imagem oferecida pelas ditaduras acerca destes movimentos, como expressões de delinquência e marginalidade, e que nos chega até os dias de hoje; b) o silêncio que, em muitas situações (materiais didáticos e currículos), se estabelece quando a temática faz algum tipo de referência a estes movimentos, em decorrência da imagem elaborada pelas ditaduras, ou mesmo, pelo medo em tratar sobre questões ainda muito candentes na sociedade. Já que mesmo quando era a primeira vez que os educandos estavam deparando-se com a temática da Ditadura Militar as opiniões eram similares: ambos os lados foram violentos, cometeram excessos. A questão é que há uma dificuldade de debater os movimentos sociais na Ditadura Militar, na medida em que “talvez a redução do antagonismo à polaridade seja uma das operações ideológicas elementares” (Zizek, 1996: 28) e o discurso do consenso abarcou e natura-

lizou essa falsa simetria entre as ações de resistência por parte dos movimentos sociais, com ações sistemáticas, patrocinadas pelo capital estrangeiro e terroristas promovidas pelos militares em seus governos ditatoriais.

Em suma, refletir em sala de aula sobre as questões que envolvem os movimentos sociais que lutaram contra os Terrorismos de Estado na América Latina é deveras delicado, na medida em que implica a necessidade de uma prática convergente e responsável para com a luta por memória, verdade e justiça sobre o período. Não obstante, é importante respeitar o lugar de fala, trazer os relatos dos familiares e dos próprios sobreviventes desse período ainda nebuloso da nossa história latino-americana.

Os movimentos étnicos

Ao problematizarmos a questão das relações étnico-raciais dentro dos movimentos sociais, reconhecemos que estamos à frente de um duplo desafio. O primeiro diz respeito ao fato de estarmos trabalhando com o conceito de movimentos sociais o qual, como já comentamos, é bastante complexo; e o segundo, relaciona-se ao fato de pensarmos na reformulação do próprio currículo escolar, mediante a incorporação do ensino da História e da cultura dos Povos Indígenas, Africanos e Afro-Brasileiros, proposto através das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Neste sentido, reconhecemos a importância - e a oportunidade - de, através da disciplina de Estudos Latino-americanos, preencher esta importante lacuna que existe no que se refere à História e a cultura destes povos. Acreditamos desta forma que estas temáticas, se de fato integradas aos currículos escolares, trazem a possibilidade de se discutir o racismo que vigora ainda hoje nas nossas relações sociais:

O contexto inaugurado com a promulgação dessas Leis que criaram o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), inserido no conjunto das políticas afirmativas para a promoção da igualdade racial, é historicamente inovador ao trazer, para o embate público, via educação escolar, as práticas do racismo, do preconceito e da discriminação, tradicionalmente negadas ou mantidas no plano privado. (MEINERZ, 2015, p.2)

Assim, procuramos demonstrar que os movimentos sociais latinos também foram protagonizados por aquelas etnias historicamente silenciadas pela elite política descen-

dente dos europeus ibéricos. A busca por calar parte da população que constituiu a América Latina, principalmente, indígenas e negros, faz parte do processo de colonialidade, forma de exercer o poder político, econômico e cultural produto do pensamento eurocêntrico⁴:

Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, consequentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. (QUIJANO, 2005, p.117)

O planejamento para as aulas com a temática dos movimentos sociais, recortadas pelas relações étnico-raciais, teve sempre, a preocupação de trazer a voz dos sujeitos dos movimentos. Buscamos, desta forma, mais que uma apresentação dos movimentos, suas ações e reivindicações. Pretendemos aproximar os educandos e educandas do conhecimento promovido por esses sujeitos em uma perspectiva intercultural da produção e divulgação do conhecimento na escola:

Cierto es que estos procesos epistémicos propios no son los mismos para los pueblos afros e indígenas. No obstante, es la atención puesta por ambos en (re)construir y fortalecer pensamientos y conocimientos propios, no como um saber folklórico local, sino como epistemología – sistemas de conocimiento (s) -, lo que permite empezar a enfrentar la colonialidad del saber y la geopolítica dominante del conocimiento. (WALSH, 2007, p.32)

Assim, no transcurso das aulas foram utilizados os relatos de experiência, as músicas e as poesias, dos sujeitos protagonistas da sua luta. Ao se trabalhar com a questão das lutas dos povos negros na América Latina, trouxemos uma música intitulada “Mulheres Negras”, escrita por Eduardo, integrante do grupo Facção Central, e interpretada pela artista Yzalú. A letra apresenta um discurso combativo e traz exemplos da experiência com a violência racista, como neste trecho:

Pelo processo branqueador não sou a beleza padrão,

⁴ Utilizamos a definição de Quijano para o conceito de eurocentrismo: “A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. (QUIJANO, p.126)

Mas na lei dos justos sou a personificação da determinação;
Navios negreiros e apelidos dados pelo escravizador
Falharam na missão de me dar complexo de inferior;
Não sou a subalterna que o senhorio crê que construiu

Chamou-nos a atenção o fato de uma educanda, durante a audição da música, ficou visivelmente emocionada. A experiência vivida da opressão racista, apresentada pela música, produziu um sentimento de identificação muito forte na menina. A reação manifestada por ela confirmou a importância em se trabalhar com a referida temática uma vez que, entre outros aspectos, pode demonstrar que os conteúdos de sala de aula refletem as experiências e as vivências de muitos estudantes que sofrem com manifestações de racismo ainda presente em nossa sociedade.

Portanto, acreditamos que ao trazermos os movimentos sociais, através da voz de seus agentes, indissociavelmente transpassados pelas relações étnico-raciais e de gênero, tratamos de ampliar o que seja o conhecimento escolar, dando visibilidade a novas formas de pensamento, de acordo com o proposto por Walsh:

[...] pretendo ir más allá de la pedagogia crítica, como que planteada en la década del ochenta, inclusive por el mismo Freire, apuntando a la necesidad no solo de construir prácticas pedagógicas críticas, sino también de reconocer la existencia (em los movimientos, las organizaciones, los Barrios, en la calle y, talvez, en algunas instancias educativas) pedagogias decoloniales. (WALSH, 2007, p.34)

Análise de gênero nos movimentos sociais

Quando iniciamos os planejamentos sobre a temática de movimentos sociais, um número considerável de questões foram, progressivamente, surgindo. Dentre as diferentes questões uma assumiu um caráter especial, qual seja, a atuação das mulheres nos movimentos sociais na América Latina.

Uma vez que a proposta da disciplina não está circunscrita a uma análise periódica, dividindo movimentos por ordem cronológica, pensamos na possibilidade de analisar a participação das mulheres não somente em uma aula ou duas, mas perpassando diferentes momentos. Assumindo a referida postura buscamos evitar que tal temática soasse apenas como um apêndice ou anexo em relação às reflexões propostas para um conjunto maior de movimentos

sociais. A partir dessa perspectiva, as questões de gênero, ao invés de se constituírem como um momento específico das nossas reflexões, perpassaram todos os movimentos analisados, estando presentes de forma constante em nossos debates.

Da mesma forma que procedemos com as questões étnico-raciais, foi importante refletir com as turmas acerca do conceito e da importância de se trabalhar com as questões de gênero. Assumimos, neste momento, como um dos referenciais teóricos para o conceito de gênero, as considerações apresentadas por Joan Scott a partir das quais a autora define o referido conceito como um “elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...] uma forma primeira de significar as relações de poder” (p. 21). Com base nesta definição foi possível propor aos educandos e educandas uma reflexão sobre o fato de que o conceito e o seu significado foram fruto de uma construção social. Como argumenta J. Scott⁵:

O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia, na organização política e, pelo menos na nossa sociedade, opera atualmente de forma amplamente independente do parentesco. (SCOTT, 1989, p. 22)

A partir da compreensão de que as questões de gênero são resultado de uma construção social, passamos a refletir acerca da referida temática - e da sua representação em diferentes movimentos sociais - a partir da inserção da mesma em um processo histórico mais amplo e complexo o qual Anibal Quijano vai chamar de sistema de colonialidade de poder e de saber (QUIJANO, 2005). Conforme María Lugones⁶ é possível perceber a ação dos referidos movimentos a partir do chamado sistema moderno-colonial de gênero. Constituído historicamente, mais precisamente, durante o processo de conquista e colonização do continente americano, o referido sistema impôs uma hierarquia elaborada através de um discurso de inferioridade de raça e gênero. Tal processo não se rompeu junto com as independências latino-americanas, pelo contrário, continuou e continua presente dentro das sociedades outrora colonizadas (LUGONES, 2008).

Nesse contexto, procuramos evidenciar em nossas discussões o fato de que dentro dos diferentes movimentos sociais, para além de suas pautas de reivindicação, existem questões silenciadas pelo próprio movimento. Quando analisamos o movimento negro, por exemplo, procuramos ex-

⁵ Historiadora norte americana, professora nas universidades de Yale e Harvard. Especialista no estudo de gênero durante os séculos XIX e XX.

⁶ Professora de Filosofia e Diretora do Center for Interdisciplinary Studies in Philosophy, Interpretation and Culture na Universidade do Estado de Nova York em Binghamton.

por que as mulheres negras não se sentiam contempladas em suas pautas, nem no movimento negro e nem no movimento feminista. Desta forma buscamos refletir com os educandos e educandas a condição destas mulheres que dentro do movimento negro eram silenciadas, pois eram mulheres dentro de um grupo de homens inseridos numa lógica patriarcal de sociedade, a qual mulheres são inferiorizadas ou menosprezadas, assim como suas pautas. Já dentro do movimento feminista não viram suas demandas expostas, pois era mulheres negras que não tinham espaço num grupo de mulheres brancas, inseridas numa sociedade racista. A partir dessa dificuldade, entenderam que suas demandas e dificuldades só seriam compreendidas entre elas mesmas, constituindo um movimento de mulheres negras.

Com o objetivo de incentivar o debate acerca da temática, mais uma vez, chamamos a atenção para a utilização da música “Mulheres Negras”. A letra da música relata, dentre muitas passagens interessantes, que *“mulheres negras são como mantas kevlar, preparadas pela vida para suportar, o racismo, os tiros, o eurocentrismo”*. A partir da música e da própria representatividade da rapper buscamos refletir com a turma que dentro de um movimento social, temos relações complexas interseccionadas por muitas opressões, no caso, vemos opressão dentro de um recorte de gênero e raça.

Outro momento que podemos citar como exemplo do uso da perspectiva de gênero a qual realizamos em sala de aula foi quando falamos de movimentos sociais dentro da lógica de terrorismo de estado, ou seja, quando vários países da América Latina sofreram golpes e passaram a ser governados por ditadores. Dentro desse cenário vários movimentos sociais buscaram romper com a ditadura, sonhando com um mundo diferente do qual encontravam na realidade. No interior desses movimentos sociais foi possível identificar complexos conflitos de gênero.

Com o objetivo de orientar o debate acerca das questões de gênero dentro dos movimentos sociais que lutaram contra os governos ditatoriais, apresentamos aos educandos e educandas o texto “Guerra de Batom”, no qual a militante Ignez Serpa (Martinha) conta como sofreu opressão por ser mulher dentro do movimento de esquerda a qual escolhera para lutar contra a repressão de estado. Além disso, ela também expõe que a tortura que sofreu era diferente da que seus companheiros sofreram, se diferenciava, pois ela era mulher. Através desse texto procuramos refletir com educandos e educandas que mulheres sofriam opressão tanto em movimentos sociais de esquerda, quanto em grupos de direita e pelo governo ditatorial. Estando a sociedade latino-americana organizada numa lógica patriarcal, o machismo atingia as mulheres militantes até em

espaços de esquerda, sofriam opressão também nas ações e palavras de seus companheiros de luta.

Conclusão

Compreender o que são movimentos sociais não é uma tarefa fácil. Entender que os sujeitos inseridos em movimentos sociais podem sofrer diversas opressões devido suas identidades, seja de gênero, raça, sexualidade, classe e religião constitui-se como um grande desafio. Além disso, procuramos trazer a perspectiva de gênero para o ensino de temática para compreender como as relações humanas se deram em diversos momentos históricos e em espaços diferentes para fazer com que a tarefa de definir os movimentos sociais não acabe silenciando sujeitos, que outrora já foram silenciados.

Referências Bibliográficas

GRAMSCI, Antônio. **Cuadernos de la Cárcel**. México, 1975.

LEITE, Juçara Luzia. **Fazendo na história ensinada: uma visão além da (in)visibilidade**. In OLIVEIRA, Margarida Mari Dias de (Coord.). *História: ensino fundamental*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; v. 21), p. 193-212.

LUGANES, María. **Colonialidad y Género**. Tabula Rosa. Bogotá, Colômbia, número 9, 2008, p. 73-101.

MEINERZ, Carla Beatriz. ***Ensino de História e Relações Étnico-raciais: trajetórias e especificidades na recepção do artigo 26 A da LDB Ou E se tiver que tratar de racismo nas aulas de História?*** Texto produzido para participação no Grupo de Discussão “Diversidade Étnico-racial e ensino de história: história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula”, no IX Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, UFMG, Belo Horizonte, 18 à 21 de abril de 2015. No prelo.

PADRÓS, Enrique Serra. ***Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar***. Doutorado em História. UFRGS, Porto Alegre, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos. Vol. 2, número 3, 1989.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: *Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*.

Edgardo Lander (org). Colección SurSur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Nova Iorque, Columbia University Press. 1989.

WALSH, Chatherine. **Interculturalidad, colonialidad y educación**. Revista Educación y Pedagogía, Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Educación. Vol.XIX, nº48 (maio-agosto), 2007 p.25-35.

ZIZEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.